

Projeto tira paciente crônico de clínicas

VLADIMIR NETO

BRASÍLIA — O deputado Sérgio Arouca (PPS-RJ) apresentará hoje na Comissão de Seguridade Social da Câmara dos Deputados projeto de lei que praticamente acaba com internações de longa duração às custas do Estado. O projeto estabelece que portadores de enfermidades crônicas não muito graves serão tratados em casa, com dinheiro do governo, por médicos do setor público. O dinheiro que hoje é gasto pagando internações seria então dividido entre o município e a família do idoso, que ficaria responsável pela compra dos remédios. A proposta tem o apoio do ministro da Saúde, Adib Jatene.

Sérgio Arouca acha que a proposta acaba com situações como a registrada na clínica Santa Genoveva. “É um projeto para atingir o país todo e o ministério da Saúde se dispõe a executá-lo”, afirmou o deputado. O secretário de Saúde do Rio, Luis Antonio Medina, apoiou a iniciativa. “Sou francamente favorável. O atendimento domiciliar aumentaria o número de leitos disponíveis”, disse o secretário, lembrando que já há um projeto piloto, com características semelhantes, sendo implantado na Zona Oeste. O programa está sendo coordenado pelo subsecretário de Saúde, Walter Mendes Junior.

De acordo com a subsecretária

de planejamento da Secretaria Estadual de Saúde, Rosângela Bello, na próxima semana, começará a experiência com os pacientes da Santa Genoveva que não têm necessidade de internação. “O conceito é que o melhor tratamento não tem necessariamente que ser em um hospital”, explicou Rosângela.

O projeto de Sérgio Arouca define os pacientes crônicos de longa duração como os que estão internados há mais de um ano. A transferência para o domicílio, porém, seria feita somente depois do aval de um médico. Segundo Arouca, o programa não provocará aumento de despesas, pois usará verbas já

existentes que seriam remanejadas. O benefício seria fixado pelo governo e reajustado de acordo com o percentual de correção dos valores pagos às instituições públicas.

Para o governo federal, porém, o projeto não chega a ser novidade. Desde 1995, está emperrado na consultoria jurídica do Ministério da Saúde, o Programa de Apoio à Desospitalização (PAD) aprovado pelo Conselho Nacional de Saúde e homologado pelo ministro Adib Jatene. O programa prevê a transferência das verbas usadas pelas clínicas conveniadas com o SUS para as famílias dos pacientes psiquiátricos.